



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 117/XII/ 2.^a SL

Aos 04 dias do mês de junho de 2013, pelas 17:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações e outros assuntos;
2. Deliberação sobre o aprofundamento do escrutínio da Comunicação da Comissão sobre a Preparação das eleições europeias de 2014: reforçar um processo eleitoral democrático e eficaz [COM(2013)126] e da Recomendação da Comissão de 12.3.2013 sobre o reforço da realização democrática e eficaz das eleições para o Parlamento Europeu [C(2013)1303]
3. Apreciação e votação do Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2011
4. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:
 - a) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece regras para a vigilância das fronteiras marítimas externas no contexto da cooperação operacional coordenada pela Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia [COM(2013)197] objeto de Relatórios das Comissões de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e de Defesa Nacional
 - b) Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 96/53/CE do Conselho, de 25 de julho de 1996, que fixa as dimensões máximas autorizadas no tráfego nacional e internacional e os pesos máximos autorizados no tráfego internacional para certos veículos rodoviários em circulação na Comunidade [COM(2013)195] objeto de Relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas
 - c) LIVRO VERDE sobre uma estratégia europeia para os resíduos de plástico no ambiente [COM(2013)123] objeto de Relatório da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local
 - d) Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que estabelece os critérios para determinar em que momento a sucata de cobre deixa de constituir um resíduo na aceção da Diretiva 2008/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho [COM(2012)787] objeto de Relatório da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local
 - e) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES sobre a execução do Instrumento para a Cooperação no domínio da Segurança Nuclear - Segundo Relatório - Programas de Ação Anuais de 2010 e 2011 [COM(2012)771] objeto de Relatório da Comissão de Defesa Nacional
 - f) Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa a uma posição da União Europeia no que respeita ao Regulamento Interno do Comité APE, do Comité de Cooperação Aduaneira e do Comité conjunto de desenvolvimento previstos no Acordo Provisório que estabelece um quadro para um Acordo de Parceria Económica entre os Estados da África Oriental e Austral, por um lado, e a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por outro [COM(2013)86] objeto de Relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas
5. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 117/XII/ 2.ª SL

- a) Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera as Diretivas 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho no que se refere à divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por parte de certas grandes sociedades e grupos [COM(2013)207] objeto de Relatório da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública
- b) Proposta alterada de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas [que revoga o Regulamento (CE) n.º 1198/2006 do Conselho, o Regulamento (CE) n.º 861/2006 do Conselho e o Regulamento n.º XXX/2011 do Conselho relativo à política marítima integrada] [COM(2013)245] objeto de Relatório da Comissão de Agricultura e Mar
- c) Proposta alterada de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece disposições comuns relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu e ao Fundo de Coesão, ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, abrangidos pelo Quadro Estratégico Comum, e que estabelece disposições gerais relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu e ao Fundo de Coesão, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho [COM(2013)246] objeto de Relatório das Comissões de Economia e Obras públicas; de Agricultura e Mar; de Segurança Social e Trabalho; e de Ambiente, Ordenamento do Território e Póde Local
- d) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece certas disposições transitórias relativas ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e que altera o Regulamento (UE) n.º [...] [DR] no que se refere aos recursos e à sua distribuição em relação ao exercício de 2014, bem como o Regulamento (CE) n.º 73/2009 do Conselho e os Regulamentos (UE) n.º [...] [PD], (UE) n.º [...] [HZ] e (UE) n.º [...] [OCM] no que se refere à sua aplicação em 2014 [COM(2013)226] objeto de Relatório da Comissão de Agricultura e Mar
- e) Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa a medidas destinadas a facilitar o exercício dos direitos conferidos aos trabalhadores no contexto da livre circulação de trabalhadores [COM(2013)236] objeto de Relatório da Comissão de Segurança Social e Trabalho
6. Apreciação e votação da Ata n.º 116/XII relativa à reunião de 28 de maio de 2013.

1. Informações e outros assuntos;

O Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Paulo Mota Pinto (PSD), iniciou a reunião, dando as boas-vindas ao novo Membro da Comissão de Assuntos Europeus: o Sr. Deputado António Gameiro (PS).



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 117/XII/ 2.ª SL

O Sr. Presidente da Comissão informou a Comissão que a Sra. Deputada Catarina Martins (BE), atendendo ao debate que ocorreu na reunião de 21 de maio, considerou que seria preferível que outro Grupo Parlamentar assumisse a elaboração do Parecer relativo ao Relatório de Portugal na UE, pois considerou que dificilmente as suas conclusões seriam aprovadas. Assim, de acordo com o Método d'Hondt, o Sr. Presidente informou que caberia ao Grupo Parlamentar do CDS-PP indicar Deputado Autor do Parecer, o que veio a suceder de imediato, tendo sido nomeado o Sr. Deputado Rui Barreto (CDS-PP).

De seguida, recordou que no dia 6 de junho, a Comissão iria reunir, em conjunto com a Comissão de Ambiente, Ordenamento do território e Poder Local, com Sra. Comissária Europeia Connie Hedegaard (Alterações Climáticas) às 10h45.

Relativamente à reunião ordinária da Comissão, no dia 11 de junho, foi acordado que a mesma se realizaria, excecionalmente, às 18h. O Sr. Presidente aproveitou ainda para recordar que a delegação à COSAC tem uma reunião agendada para o próximo dia 12 de junho, às 12h.

Antes de concluir este ponto o Sr. Presidente informou que seria distribuído um Relatório de acompanhamento sobre os preparativos de adesão da Croácia, que de acordo com a Nova Metodologia não seria objeto de escrutínio, salvo se algum Deputado o solicitasse. De igual modo, a Comissão recebeu o LIVRO VERDE - Preparação para um mundo audiovisual plenamente convergente: crescimento, criação e valores, o qual, de acordo com a Nova Metodologia de Escrutínio, será objeto de escrutínio coordenado por esta Comissão, pelo que na próxima reunião será nomeado Deputado Autor de Parecer.

2. Deliberação sobre o aprofundamento do escrutínio da Comunicação da Comissão sobre a Preparação das eleições europeias de 2014: reforçar um processo eleitoral democrático e eficaz [COM(2013)126] e da Recomendação da Comissão de 12.3.2013 sobre o reforço da realização democrática e eficaz das eleições para o Parlamento Europeu [C(2013)1303]



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 117/XII/ 2.ª SL

A Sra. Deputada Maria Helena André (PS) solicitou a palavra para sugerir que fosse realizada uma audição sobre estas iniciativas, preferencialmente, antes do Verão, que tivesse duas partes: na primeira parte, seriam ouvidos os partidos europeus e, na segunda parte, os partidos políticos nacionais.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) começou por referir que lhe parece uma boa sugestão, mas que deve ser ponderada a participação dos partidos políticos, até porque existem partidos políticos que não têm membros portugueses e outros que não correspondem aos grupos políticos no Parlamento Europeu.

O Sr. Presidente considerou que deveriam ser contactados os Grupos Políticos do Parlamento Europeu que tenham Deputados portugueses e disponibilizou-se a estabelecer esses contactos. Relativamente ao timing, suscitou algumas dúvidas operacionais sobre a concretização da audição antes do Verão e sugeriu que seria de considerar após as autárquicas.

A Sra. Deputada Maria Helena André (PS) referiu que o debate está em curso na União Europeia, pelo que adiar pode comprometer a eficácia da pronúncia. No entanto, se tal não for viável, considera que se podia refletir sobre a realização desta audição no início da próxima sessão legislativa.

O Sr. Deputado Alberto Costa (PS) esclareceu que os Deputados ao Parlamento Europeu que participassem deveriam estar por dentro destas matérias e não teriam necessariamente de ser portugueses. Acrescentou que se a audição ocorresse antes do Verão poderiam participar também o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus e o Sr. Ministro da Administração Interna, mas se a audição passasse para o início da próxima sessão legislativa então seria de considerar ouvir já o Sr. Ministro da Administração Interna.

O Sr. Presidente comprometeu-se a falar também com os referidos membros do Governo sobre esta possibilidade e, bem assim, contactar os partidos com assento na Assembleia da República para participarem na audição.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 117/XII/ 2.ª SL

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) pediu a palavra para, no seguimento da intervenção do Sr. Deputado Alberto Costa, referir que concordava que os Deputados ao Parlamento Europeu que participassem não teriam necessariamente de ser portugueses, mas considerava que deveriam apenas participar os partidos políticos com assento no Parlamento.

O Sr. Deputado Duarte Marques, após consulta do calendário do Parlamento Europeu, sugeriu que a audição se realizasse a partir de 15 de julho, pois os trabalhos parlamentares cessam no dia 11 de julho.

O Sr. Deputado Gabriel Côrte-Real Goucha (PSD) alertou para que certos partidos políticos não estarem representados em equivalentes no plano europeu.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) solicitou esclarecimentos sobre qual seria exatamente o tema.

O Sr. Presidente sintetizou os diversos contributos referindo que se tentaria agendar uma audição com o título: “Reforçar um processo eleitoral europeu democrático e eficaz, que seria dividida em duas partes, a primeira, com a presença de representantes dos partidos políticos europeus e, a segunda, com a presença dos partidos políticos nacionais com assento no Parlamento e com a presença do Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus e do Sr. Ministro da Administração Interna, preferencialmente, em julho, após o dia 11.

3. Apreciação e votação do Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2011

O Sr. Deputado Honório Novo (PCP) apresentou o parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2011 aludindo aos aspetos mais relevantes no âmbito das competências da comissão de assuntos europeus, nomeadamente, a execução dos fundos comunitários.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) agradeceu a intervenção e saudou o trabalho do Sr. Deputado Autor do Parecer, manifestando a sua concordância com as



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 117/XII/ 2.ª SL

conclusões. Fez ainda uma pequena menção ao calendário de análise da Conta Geral do Estado, que lhe parece anacrónico.

O Sr. Deputado Honório Novo (PCP) subscreveu o comentário do Sr. Deputado sobre a Conta Geral do Estado, mas referiu que consta dos planos da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública a alteração dos prazos, o que previsivelmente acontecerá na próxima revisão da Lei de Enquadramento Orçamental.

Não existindo mais inscrições, o Sr. Presidente submeteu o parecer a votação, o qual foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

4. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias

a) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece regras para a vigilância das fronteiras marítimas externas no contexto da cooperação operacional coordenada pela Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia [COM(2013)197] objeto de Relatórios das Comissões de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e de Defesa Nacional

O Sr. Deputado Jacinto Serrão (PS) apresentou o seu parecer, o qual foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e BE.

b) Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 96/53/CE do Conselho, de 25 de julho de 1996, que fixa as dimensões máximas autorizadas no tráfego nacional e internacional e os pesos máximos autorizados no tráfego internacional para certos veículos rodoviários em circulação na Comunidade [COM(2013)195] objeto de Relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 117/XII/ 2.ª SL

O Sr. Deputado Nuno Matias (PSD) apresentou o seu parecer, sublinhando que a comissão competente tinha suscitado reservas sobre os princípios da proposta de diretiva e algumas das opções nela previstas, que ele entendeu subscrever e realçar nas conclusões do seu parecer. No entanto, considerou que não estava em causa o princípio da subsidiariedade.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) suscitou a questão de qual seria a melhor forma de ser consequente em situações em que se levantem questões sobre as opções políticas de uma determinada iniciativa. Acrescentou que quando existe a violação do princípio da subsidiariedade é fácil, pois existe um mecanismo próprio previsto nos Tratados, mas e quando tal não se verifica. Suscitou a possibilidade de nestes casos dialogar diretamente com o Governo, por exemplo, através de audição.

A Sra. Deputada Maria Helena André (PS) partilhou as preocupações do Sr. Deputado e questionou mesmo se ainda haveria tempo para uma intervenção útil a esse nível.

O Sr. Deputado João Lobo (PSD) regressou à proposta de diretiva em apreço e referiu que as questões colocadas pela comissão competente vão no sentido desta iniciativa poder colocar em dúvida a livre circulação de bens, pelo que também sob este prisma a questão deveria ser equacionada no parecer.

O Sr. Deputado Pedro Silva Pereira (PS) considerou que faltava alguma conexão entre a discordância manifestada e a alteração sugerida, considerando que se deveria ir mais além. Por outro lado, considerou que esta questão pode ser analisada do prisma da observância do princípio da proporcionalidade, atendendo a que pode criar-se uma distorção do mercado com esta proposta em concreto. Sugeriu, assim, que fosse introduzido no parecer um texto mais afirmativo, que suscitasse a dúvida sobre a observância do princípio da proporcionalidade.

O Sr. Deputado Nuno Matias (PSD) considerou que as conclusões já eram suficientemente afirmativas, mas que poderia ser referida a existência de dúvidas relativamente ao princípio da proporcionalidade.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 117/XII/ 2.ª SL

O Sr. Presidente da Comissão sugeriu, que atendendo à abertura demonstrada pelo Sr. Deputado Autor do Parecer, talvez pudesse ser introduzida uma alteração. Referiu ainda que o impacto assimétrico desta diretiva pode de facto suscitar dúvidas quanto ao respeito do princípio da proporcionalidade.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) solicitou esclarecimentos ao Sr. Deputado Autor do Parecer sobre as implicações para o tráfico de viaturas desta iniciativa.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) concordou que fossem expressas dúvidas relativamente ao princípio da proporcionalidade.

O Sr. Deputado Gabriel Côrte-Real Goucha (PSD) suscitou algumas reticências sobre o não respeito do princípio da proporcionalidade, porque esta iniciativa visa desbloquear a possibilidade, atualmente existente, dos Estados-Membros bloquearem a passagem das viaturas. Ou seja, aquilo que está a ser visto do prisma negativo, pode afinal ser uma tentativa de permitir a passagem de viaturas em estados limítrofes, que possam ter políticas nacionais mais restritivas.

O Sr. Deputado Nuno Matias (PSD) começou por referir que não tinha dados sobre o tráfico e reiterou a sua disponibilidade para referir expressamente a preocupação que esta proposta de diretiva possa provocar uma distorção do mercado e a especificidade de Portugal como Estado-Membro com fronteiras apenas para um outro Estado-Membro.

O Sr. Presidente, após leitura do considerando 7.º da proposta de diretiva, considerou que poderia mesmo ser equacionada a violação do princípio da subsidiariedade.

O Sr. Deputado Gabriel Côrte-Real Goucha (PSD) suscitou esclarecimentos sobre os tipos de veículos que são abrangidos por esta proposta de diretiva.

O Sr. Deputado Nuno Matias (PSD) esclareceu o âmbito da iniciativa.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 117/XII/ 2.ª SL

O Sr. Deputado Pedro Silva Pereira (PS) sugeriu que talvez fosse mais prudente adiar-se para a próxima reunião, se tal fosse possível.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) concordou, mas referiu que em termos da questão de substância, a Comissão de Assuntos Europeus deveria respeitar a posição da comissão parlamentar competente.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) concordou com o adiamento, pois tal irá permitir reunir mais dados sobre a iniciativa.

O Sr. Deputado Alberto Costa (PS) tomou a palavra apenas para referir que este parecer será enviado no âmbito do Diálogo Político com a Comissão Europeia, pelo que as críticas efetuadas devem ser levadas em conta pela Comissão Europeia, mas também pelo Governo português, a quem também será enviado o parecer que vier a ser aprovado. Contudo, considerou que seria mais efetivo se o parecer sugerisse uma proposta alternativa de redação.

O Sr. Presidente, após assentimento do Sr. Deputado Autor do Parecer, adiou a apreciação deste parecer para a próxima reunião.

c) LIVRO VERDE sobre uma estratégia europeia para os resíduos de plástico no ambiente [COM(2013)123] objeto de Relatório da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local

O Sr. Deputado Gabriel Côrte-Real Goucha (PSD) apresentou o seu parecer, o qual foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e BE. O Sr. Deputado acrescentou ainda que os Livros Verdes deveriam ser aproveitados para ouvir a sociedade civil e as parte interessadas, de forma a que os pareceres da Assembleia da República pudessem responder às questões formuladas e se consubstanciassem em verdadeiros contributos no âmbito do processo legislativo europeu.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 117/XII/ 2.ª SL

O Sr. Presidente referiu que a Nova Metodologia de Escrutínio das Iniciativas Europeias já vai nesse sentido, mas que esta iniciativa é anterior à entrada em vigor da referida Metodologia.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) tomou a palavra para dar conta da Nova Metodologia e, em especial, naquilo que se prevê para o escrutínio dos Livros Verdes, cujo escrutínio passará a ser coordenado pelo Deputado da CAE, em conjugação com a comissão competente e que poderá dinamizar a organização de audições, solicitação de pareceres, entre outros.

d) Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que estabelece os critérios para determinar em que momento a sucata de cobre deixa de constituir um resíduo na aceção da Diretiva 2008/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho [COM(2012)787] objeto de Relatório da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local

Atendendo a que o Sr. Deputado António Serrano (PS) cessou as suas funções como Deputado, coube à Sra. Deputada Maria Helena André (PS) apresentar o seu parecer, aludindo a que esta iniciativa não resolve nenhum dos problemas identificados em Portugal no que diz respeito a este resíduo. Não existindo inscrições, o parecer foi submetido a votação e foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e BE.

e) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES sobre a execução do Instrumento para a Cooperação no domínio da Segurança Nuclear - Segundo Relatório - Programas de Ação Anuais de 2010 e 2011 [COM(2012)771] objeto de Relatório da Comissão de Defesa Nacional

O Sr. Deputado Sérgio Azevedo (PSD) apresentou o seu parecer, o qual foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e BE.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 117/XII/ 2.ª SL

f) Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa a uma posição da União Europeia no que respeita ao Regulamento Interno do Comité APE, do Comité de Cooperação Aduaneira e do Comité conjunto de desenvolvimento previstos no Acordo Provisório que estabelece um quadro para um Acordo de Parceria Económica entre os Estados da África Oriental e Austral, por um lado, e a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por outro [COM(2013)86] objeto de Relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas

O Sr. Presidente sugeriu que este parecer, que não têm data limite para aprovação, fosse reagendado para a próxima reunião, o que mereceu o acordo da Comissão.

5. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera as Diretivas 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho no que se refere à divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por parte de certas grandes sociedades e grupos [COM(2013)207] objeto de Relatório da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

O Grupo Parlamentar do PS indicou como Autor do Parecer, o Sr. Deputado António Gameiro.

b) Proposta alterada de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas [que revoga o Regulamento (CE) n.º 1198/2006 do Conselho, o Regulamento (CE) n.º 861/2006 do Conselho e o Regulamento n.º XXX/2011 do Conselho relativo à política marítima integrada] [COM(2013)245] objeto de Relatório da Comissão de Agricultura e Mar

O Grupo Parlamentar do PSD indicou como Autora do Parecer, a Sra. Deputada Lídia Bulcão.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 117/XII/ 2.ª SL

c) Proposta alterada de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece disposições comuns relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu e ao Fundo de Coesão, ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, abrangidos pelo Quadro Estratégico Comum, e que estabelece disposições gerais relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu e ao Fundo de Coesão, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho [COM(2013)246] objeto de Relatório das Comissões de Economia e Obras públicas; de Agricultura e Mar; de Segurança Social e Trabalho; e de Ambiente, Ordenamento do Território e Podes Locais

Cabendo a iniciativa ao Grupo Parlamentar do PCP, foi nomeado o Sr. Deputado Honório Novo.

d) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece certas disposições transitórias relativas ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e que altera o Regulamento (UE) n.º [...] [DR] no que se refere aos recursos e à sua distribuição em relação ao exercício de 2014, bem como o Regulamento (CE) n.º 73/2009 do Conselho e os Regulamentos (UE) n.º [...] [PD], (UE) n.º [...] [HZ] e (UE) n.º [...] [OCM] no que se refere à sua aplicação em 2014 [COM(2013)226] objeto de Relatório da Comissão de Agricultura e Mar

Cabendo a iniciativa ao Grupo Parlamentar do BE, foi nomeada a Sra. Deputada Catarina Martins.

e) Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa a medidas destinadas a facilitar o exercício dos direitos conferidos aos trabalhadores no contexto da livre circulação de trabalhadores [COM(2013)236] objeto de Relatório da Comissão de Segurança Social e Trabalho



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 117/XII/ 2.ª SL

O Grupo Parlamentar do CDS-PP indicou como Autor do Parecer, o Sr. Deputado Rui Barreto.

6. Apreciação e votação da Ata n.º 116/XII relativa à reunião de 28 de maio de 2013.

O Sr. Presidente submeteu a votação a Ata n.º 116/XII relativa à reunião de 28 de maio de 2013, a qual foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e BE.

A reunião foi encerrada às 18:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 11 de junho de 2013.

O PRESIDENTE

(PAULO MOTA PINTO)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 117/XII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa
António Gameiro
Carlos Costa Neves
Carlos São Martinho
Cláudia Monteiro de Aguiar
Duarte Marques
Gabriel Côrte-Real Goucha
Honório Novo
Jacinto Serrão
João Lobo
João Serpa Oliva
Maria Helena André
Nuno Filipe Matias
Paulo Mota Pinto
Pedro Silva Pereira
Rui Barreto
Sérgio Azevedo
Carlos Silva e Sousa
Fernando Serrasqueiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes
Catarina Martins

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

António Rodrigues
Vitalino Canas